
Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação*

Ruth Youko Tsukamoto**

Alice Yatiyo Asari***

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os assentamentos rurais do norte do Paraná, considerando a sua localização, as características edáficas e os diferentes tipos de organização interna (cooperativas, sistema coletivo e/ou individual). Assim, o artigo apresenta breves considerações teóricas sobre a questão da terra, da sua conquista e da territorialização, seguida dos resultados preliminares da pesquisa empírica realizada nos assentamentos rurais localizados, dos municípios de Tamarana (pelo significado em número de assentamentos rurais), de Florestópolis (pela característica edáfica e pela procedência dos assentados) e de Arapongas (pela privilegiada localização, características edáficas, bem como pela sua organização interna).

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Agricultura Familiar, Territorialização, Auto-sustentação, Movimentos Sociais Organizados.

RURAL ESTABLISHMENTS AND FAMILY AGRICULTURE: Process of territorialization and perspective of self-support

Abstract

This research has as an objective to analyze the rural establishments from the north of Paraná, taking into consideration their location, the soil characteristics and the different types of internal organizations (collectives, collective and/or individual system). This way the article presents brief theoretical considerations about the issue of the land, its achievement and territorialization, followed by the preliminary results of the empirical research carried out in the rural establishments tracked down in the borough of Tamarana (for the significant number of rural establishments), of Florestópolis (for the characteristic of the soil and the origin of the established people) and of Arapongas (for the privileged location, characteristic of the soil, as well as its internal organization).

Key words: Rural Establishments, Family Agriculture, Territorialization, Self-support, Organized Social Movements.

INTRODUÇÃO

O Norte do Paraná é uma área que em poucos anos de ocupação sofreu uma série de interferências externas, principalmente, quando nos referimos ao

papel das frentes de expansão e das frentes pioneiras, tanto na porção denominada Norte Pioneiro quanto no Norte Novo e Norte Novíssimo onde as ações das companhias de terras particulares e do próprio Estado foram traçando a “paisagem”

*Este trabalho contou com a colaboração das alunas bolsistas IC/CNPq/PIBIC Vânia Regina Alves e Viviani Pinheiro. Colaboraram também os acadêmicos Bruno Rangel Silvone e Jovana Regina de Lima Matias.

**Professora do Deptº de Geociências- UEL- Londrina-PR. ruth@inbrapenet.com.br

***Professora do Deptº de Geociências – UEL – Londrina- PR. yasari@ldapalm.com.br

rural destas áreas. Caracterizadas pela presença de lotes pequenos e médios, em torno de 50 hectares, durante décadas, houve o predomínio da atividade cafeeira que atraiu um contingente significativo de mão-de-obra. Diante de uma série de mudanças na economia cafeeira, na política do governo federal e somadas aos problemas inerentes à ação da natureza (especificamente climáticos), esta base econômica implantada passa por uma alteração radical tanto nas relações de produção, quanto na estrutura fundiária (concentração de terras), baseada na chamada “modernização conservadora”. O expoente desse processo é o êxodo rural, provocando o deslocamento dessa população às fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Norte do país e para as áreas urbanas das cidades de médio e grande porte. Segundo Martine (1994) estima-se que, no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, um total de 28,5 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais. Por outro lado, surgia no Oeste/Sudoeste do estado, um movimento social pelos expropriados da barragem, fruto da implantação das hidrelétricas. Milhares de produtores rurais perderam suas terras em função da construção da usina de Itaipu, no rio Paraná. Um problema social estava instalado.

Apesar de outros estados do Brasil estarem passando por uma situação semelhante, foi no Paraná que ocorreu a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nascido dentro do canteiro de obras de Itaipu, em 1984.¹ A partir desse movimento os conflitos sobre a posse da terra começam a ocorrer em todo o Paraná. O Norte apresenta um cenário bastante propício para a ação do MST, pois além da presença de grandes propriedades, resultado do processo de fusão provocado pela modernização conservadora, apresentam algumas áreas de solos menos férteis e preços mais baixos, o que tem viabilizado a desapropriação pelo INCRA para fins de assentamento.

O município de Tamarana² é um desses exemplos. Localizado ao sul do município de Londrina, é uma área de solos pouco férteis em que a declividade é acentuada, inviabilizando, muitas vezes, a utilização de máquinas e implementos agrícolas. Este foi a primeira área a ser alvo do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) lançado em 1985, no governo Sarney. Hoje, o município conta com dez áreas plenamente ocupadas.

Esta pesquisa pretende analisar os vários assentamentos rurais existentes em diversas localidades do Norte do Paraná, considerando a sua localização, as características edáficas (terras férteis e menos férteis) e diferentes tipos de organização interna, ou seja, sistema coletivo e/ou individual. Atualmente estamos desenvolvendo a nossa pesquisa nos municípios de Tamarana (pelo significado em número de assentamentos rurais), de Florestópolis (pela característica edáfica e pela procedência dos assentados) e de Arapongas (pela privilegiada localização, características edáficas bem como pela sua organização interna).

BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Se a terra é um bem essencial para os produtores agrícolas, devemos lembrar as palavras de Martins (1983, p.159) quando afirmou que a

a terra não pode ser confundida com o capital uma vez que “não é produto do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho. É um bem natural, finito que não pode ser reproduzido, não pode ser criado pelo trabalho.

Nesse sentido, o capital tem se apropriado desse bem da natureza transformando-o em uma mercadoria, com direito de comprar, vender e utilizar da forma que bem entender.

Segundo Romeiro (1994), a terra como reserva de valor sempre foi uma das características marcantes do campo brasileiro. O capital investido na compra da terra valorizar-se-á, independentemente da sua utilização produtiva.

No caso dos assentamentos rurais, notou-se esse processo de “conquista” da terra, principalmente nos municípios ora em análise. Embora as terras já não sejam tão férteis, a área conta atualmente com muitos assentamentos rurais como resultado, em sua maior parte, da luta dos movimentos sociais dos sem terra- MST. Quando as ocupações ocorrem, via de regra, os proprietários recorrem ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na tentativa de negociar a desapropriação das terras. Martins (1983, p.168) já afirmava que

a reforma agrária distributivista, do tipo que se pregou no Brasil de antes de 1964 e que se recomeça a pregar agora, não causa, em princípio, nenhuma infelicidade ao capitalista, desde que as expropriações sejam pagas, em dinheiro, à vista.”

No tocante aos movimentos sociais organizados que lutam pela conquista da terra, o segmento de trabalhadores que permaneceram no Estado, buscando se inserir no mercado de trabalho urbano, ou se submetendo à custa do emprego temporário, como volante ou “bóia-fria”, tornam-se, a partir dos anos de 1980, atores dos movimentos de reação contra o processo de exclusão social de que foram vítimas. Como consequência surge e fortalece no Paraná o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra que passa a reivindicar o retorno ao campo, mediante a implementação da Reforma Agrária.

O processo de assentamento se dá por etapas, uma vez que há muitas famílias na lista dos interessados em conquistar um pedaço de terra. Até a conquista da sua terra, há que se passar pela fase de acampamento, onde ocupam a terra improdutiva ou se instalam à margem dessa propriedade para pressionar às autoridades competentes, no caso o INCRA, na agilização da negociação e posteriormente na demarcação e distribuição dos lotes.

Segundo Brasil, 1990 apud Leite (1994 p.203), o INCRA afirma que

[...]a característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades em terras que, na maioria das vezes se encontram totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola. O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do país, com a consequente criação de empregos, distribuição de renda, etc., beneficiando a camada de pequenos agricultores que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA.

Considerando os objetivos do INCRA, há que se questionar se está ocorrendo a criação de empregos, a distribuição de renda que venha a beneficiar “a camada de pequenos agricultores”

Já para Fernandes (1998 p.21),

do ponto de vista dos movimentos sociais o assentamento é a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência. [...] o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra.

Com a posse da terra, via assentamento rural, é necessário que estes produtores entrem na conquista do mercado. Nesse sentido, é necessário que haja uma política de apoio à viabilização econômica dos assentamentos. Lembre-se que o PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) foi extremamente importante para a implantação dos assentamentos, pois se fazia o repasse das verbas para o custeio da produção. Este programa foi extinto pelo governo federal na tentativa de substituí-lo pelo Banco da Terra. O crédito é essencial mas há que se salientar o papel do INCRA e da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), para monitorar as ações dos produtores que estão se (re) iniciando na atividade agrícola.

Diante da territorialização dos assentamentos pergunta-se: quem são esses novos protagonistas da agricultura? Será um produtor de subsistência ou aquele que pretende entrar no mercado? Que tipo de produção deverão introduzir para o adequado desenvolvimento econômico dos assentados, ou seja, que orientação técnica deverá se dada para se manter na terra conquistada?

Atualmente, têm-se discutido muito o papel da agricultura familiar. No processo de modernização da agricultura, a agricultura familiar ficou à margem do sistema instituído pelo Estado Brasileiro, principalmente, quanto ao crédito, beneficiando apenas os capitalistas com produtos de exportação. Vale lembrar que é essa categoria dos pequenos e médios produtores que tem participado ativamente da produção de alimentos para a sociedade brasileira. Conforme Moreira (1998p.191-192)

a agricultura familiar se conformou na história brasileira como um setor bloqueado, como um setor excluído do progresso social [...] a concepção dominante sobre a agricultura familiar, no Brasil, vincula-se a noção de garantia de subsistência, mantendo a propriedade.

Segundo a FAO (1992), a agricultura familiar define-se com trabalho e gestão intimamente relacionados: a direção do processo produtivo é realizada diretamente pelos proprietários; dá-se ênfase na diversificação da produção; busca-se a durabilidade dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida; há o trabalho assalariado para complementar os rendimentos; as decisões são tomadas de forma imediata, adequando-se ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo; a tomada de decisões é realizada “in loco”, em função das especificidades do processo produtivo; dá-se ênfase ao uso de insumos internos.

Para tanto é necessário levar em consideração o perfil desse produtor assentado. Como bem lembra Alentejano (2000), é preciso reconhecer as trajetórias diferenciadas entre agricultores familiares, já consolidados e os assentados, pois o agricultor familiar tem em geral, uma tradição familiar de conhecimentos acerca da agricultura e os assentados têm distintos passados que vão desde a situação de ex-pequenos proprietários que perderam a terra, até assalariados urbanos afetados pelo problema do desemprego. Ademais, ao examinar o quadro migratório regional, a agricultura familiar poderá representar um fator de manutenção da população em áreas rurais, podendo até configurar-se como fator de atração.

Nota-se ainda, que a população brasileira mostra-se predominantemente urbana (apenas 25% moram em áreas rurais) e segundo Ianni (1996,p.3),

o campo é industrializado e urbanizado, ao mesmo tempo que se verifica uma crescente migração de indivíduos, famílias e grupos para os centros urbanos próximos e distantes, nacionais e estrangeiros.

Outras ações do governo federal são implementadas; em 1999 foi lançado o documento “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural” no qual afirma pretender inaugurar um nova etapa no desenvolvimento rural brasileiro. Segundo o documento, objetiva-se

[...] promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social e política e cultural

dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos, usando como vetores estratégicos o investimento em expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas.”(Brasil, 1999, p.2)

Este documento, cotejado com os trabalhos empíricos junto aos assentamentos rurais que desenvolvem uma agricultura familiar, permitirá analisar de que forma está se desenvolvendo “o novo rural brasileiro”, inclusive no que se refere aos aspectos social (a geração de emprego e a distribuição de renda) e ambiental.

Há que se observar, por fim, que Romeiro (1994, p.76), na pesquisa realizada sobre assentamentos, verificou-se que

a garantia do acesso a terra e de um mínimo de apoio governamental, tornam o pequeno produtor capaz de sobreviver com um nível de qualidade de vida superior ao que poderia obter como trabalhador assalariado, no campo ou na cidade.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS ORGANIZADOS E SUA TERRITORIALIZAÇÃO

Como foi colocado na parte introdutória deste trabalho, a fundação oficial do MST deu-se em Cascavel, localizado na porção oeste do Estado do Paraná, onde ocorreu o Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro de 1984. Trata-se de um movimento que surgiu em 1979, no Estado do Rio Grande do Sul, fruto da expropriação, da expulsão e da resistência contra o trabalho assalariado. Assim, esse movimento expandiu-se para outros estados brasileiros, cada qual empunhando uma causa específica, tendo como articulador dessa luta a CPT (Comissão Pastoral da Terra) organizando os diversos encontros regionais. Em 1999, segundo dados divulgados pelo Nera/Dataluta, o Brasil já apresentava um significativo número de assentamentos rurais.

Pode-se observar que os Assentamentos Rurais estão distribuídos por todas as regiões do país, resultante dos movimentos organizados de luta pela terra. A tabela 01, elaborada pelo Núcleo de Estu-

dos de Reforma Agrária (NERA) da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente, que teve como bases de dados o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Movimento dos Sem-Terras (MST), o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), destacam que as regiões Norte e Nordeste representam 72% das famílias assentadas do país. Na região Centro-Oeste o total de famílias assentadas representa 16% do total, enquanto que nas regiões Sudeste e Sul, este total é de apenas 6% para cada região. Quanto ao número de assentamentos, a região Nordeste conta com 45% do total dos assentamentos rurais implantados até 1999. O total de assentamentos implantados até 1999 é de 4.373 e o número de famílias beneficiadas é de 503.442.

No contexto da região Sul, o Estado do Paraná possui 46% dos assentamentos e 55% das famílias assentadas; o Rio Grande do Sul conta com 35% dos assentamentos e 29% das famílias assentadas; Santa Catarina possui 18% dos assentamentos e 15% das famílias assentadas na região. Nesta região foram implantados 587 assentamentos e 29.732 famílias tiveram acesso a posse da terra.

Diante deste quadro observa-se que o Paraná apresenta um expressivo percentual tanto em número de assentamentos quanto em número de famílias (Tabela 02). Dentre os movimentos sociais rurais que estavam emergindo na região sul do país, surge no Paraná o MASTRO (Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná) que envolveu famílias expropriadas pela construção da Usina de Itaipu e outras que foram expulsas da terra pelo modelo implantado no campo brasileiro, nos finais da década de 1960 e de 1970, denominado modernização conservadora.

A observação da tabela 02, que trata da distribuição dos assentamentos do Estado do Paraná, segundo as mesorregiões, mostra que o Centro-Sul Paranaense destaca-se das demais tanto pelo número de assentamentos, quanto pelo total de famílias beneficiadas pelas ações do MST, que pressionou o INCRA a implantar os assentamentos rurais no Estado. É significativo uma vez que 44% das famílias obtiveram acesso a terra pois, o seu histórico de reivindicações por terras remonta aos conflitos de fronteira, a luta por indenizações justas e a incorporação dos ideais dos movimentos organizados de luta pela terra.

A pesquisa foi realizada, no Norte do Paraná que abrange as mesorregiões: Noroeste Paranaense, Norte Central Paranaense, Norte Pioneiro Paranaense. Conta com 78 assentamentos e 3.540 famílias localizados em 34 municípios. Esse número é expressivo, pois trata-se de uma região de solos férteis, onde sempre predominou a agricultura comercial.

Ressalte-se que a primeira área indicada para fins de reforma agrária foi o atual município de Tamarana (Mesorregião Norte-Central Paranaense) onde, em 1985, instalou-se o Assentamento Água da Prata, localizado a aproximadamente 30 Km. da sede do município. Cerca de 90 famílias foram assentadas provenientes do município de S. Jerônimo da Serra.

Observa-se na figura 01, que os municípios que apresentam maior densidade de famílias assentadas estão localizados na porção noroeste e nordeste do Estado. Essa densidade traduz-se pela presença de maior número de assentamentos. A título de ilustração, salienta-se Querência do Norte que, em 1999, contava com 621 famílias (sete assentamentos) e dessas, 351 pertenciam a um único assentamento denominado Pontal do Tigre, Ibaiti com 618 famílias (sete assentamentos) e Tamarana com 268 famílias em 10 assentamentos implantados.

Note-se que em Querência do Norte, município de domínio do Arenito Caiuá, o solo apresenta fragilidade aos processos erosivos e a atividade econômica predominante é a criação extensiva do gado bovino (Viana, 2002). No caso de Ibaiti e Tamarana face o relevo acidentado, predominam também as grandes propriedades voltadas à pecuária bovina, servindo à implantação de assentamentos rurais.

Na porção central do Norte do Paraná a topografia é suavemente ondulada com boa fertilidade do solo. Os assentamentos ali implantados têm o privilégio de contar com uma infra-estrutura adequada de transporte para o escoamento da produção, fato este não encontrado em Tamarana.

APESQUISA EMPÍRICA - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A luta para a conquista da terra é árdua mas o processo de territorialização não se encerra até que se crie a infra-estrutura necessária e se organize social e produtivamente.

Região/UF	Nº Assentamentos	%	Nº famílias	%
(1)NORTE	787	18,00	189.206	37,58
1.1. Pará	372	47,27	99.053	52,35
2. Tocantins	188	23,89	16.441	8,69
3. Rondônia	85	10,80	25.910	13,70
4. Acre	57	7,24	10.558	5,58
5. Amazonas	32	4,06	16.295	8,61
6. Roraima	29	3,69	12.542	6,63
7. Amapá	24	3,05	8.407	4,44
(2) NORDESTE	1.994	45,60	172.165	34,20
2.1. Ceará	427	21,41	22.440	13,03
2. Maranhão	380	19,06	58.685	34,09
3. Bahia	281	14,09	29.038	16,87
4. Piauí	219	10,98	16.117	9,36
5. Rio Grande do Norte	199	9,98	14.624	8,50
6. Pernambuco	197	9,88	11.368	6,60
7. Paraíba	164	8,23	9.729	5,65
8. Sergipe	77	3,86	4.802	2,79
9. Alagoas	50	2,51	5.362	3,11
(3) CENTRO OESTE	559	12,78	81.264	16,14
3.1. Mato Grosso	281	50,27	55.331	68,08
2. Goiás	187	33,45	12.422	15,29
3. Mato Grosso do Sul	88	15,74	13.408	16,50
4. Distrito Federal	03	0,54	103	0,13
(4) SUDESTE	446	10,20	31.075	6,17
4.1. Minas Gerais	179	40,13	10.835	34,87
2. São Paulo	152	34,08	11.369	36,59
3. Rio de Janeiro	59	13,23	6.027	19,39
4. Espírito Santo	56	12,56	2.844	9,15
(5) SUL	587	13,42	29.732	5,91
5.1. Paraná	271	46,16	16.398	55,15
2. Rio Grande do Sul	208	35,44	8.869	29,83
3. Santa Catarina	108	18,40	4.465	15,02
Total	4.373	100,00	503.442	100,00

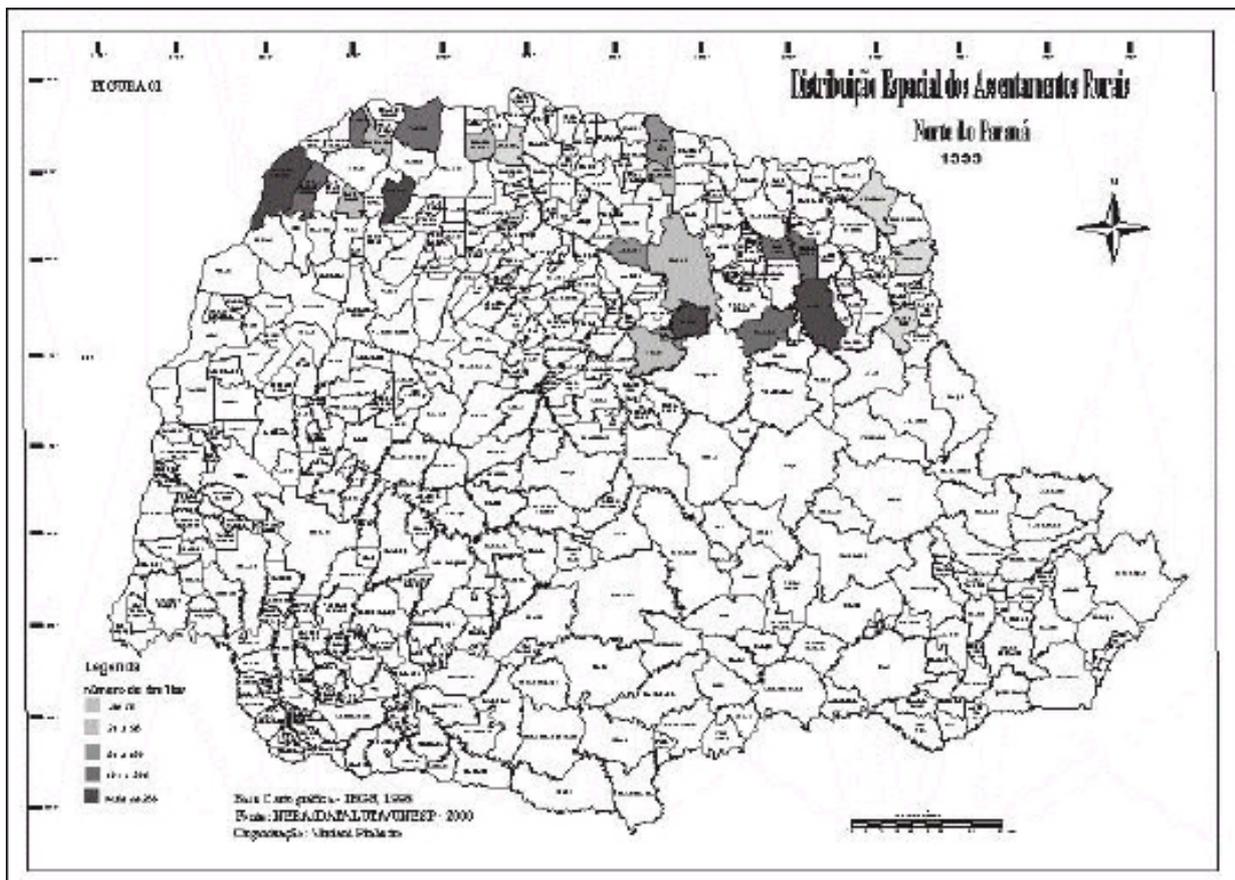
Tabela 01 - ASSENTAMENTO RURAIS – BRASIL – 1999

Fonte: NERA-DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – UNESP/MST

	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mesorregião	Muni- cípios		Assenta- mentos		Famílias	
1. Noroeste Paranaense	11	11,96	26	9,60	1.338	8,16
2. Centro-Occidental Paranaense	07	7,61	09	3,32	313	1,91
3. Norte-Central Paranaense	13	14,13	27	9,96	857	5,22
4. Norte Pioneiro Paranaense	10	10,87	25	9,23	1.345	8,20
5. Centro-Oriental Paranaense	08	8,70	28	10,33	1.479	9,02
6. Oeste Paranaense	07	7,61	11	4,06	821	5,01
7 Sudoeste Paranaense	06	6,52	16	5,90	1.553	9,47
8. Centro-Sul Paranaense	22	23,92	108	39,85	7.344	44,79
9. Sudeste Paranaense	06	6,52	17	6,27	1.077	6,57
10. Metropolitana de Curitiba	02	2,17	03	1,11	156	0,95
11. s/dados	-	-	01	0,37	115	0,70
Total	92	100,00	271	100,00	16.398	100,0

Tabela 02 - ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO PARANÁ, POR MESORREGIÕES-1999

Fonte: NERA-DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra-UNESP/MST



Os referidos estudos envolvem três assentamentos rurais denominados Cruz de Malta, Dorcelina Folador e Florestan Fernandes localizados, respectivamente, em Tamarana, Arapongas e Florestópolis.

No caso de Tamarana, o processo de ocupação e territorialização das terras pelo MST foi intenso nesses últimos 15 anos e hoje, conta com 10 assentamentos e 268 famílias implantadas em solos pouco férteis e com declividade acentuada. A baixa fertilidade dos solos, distante da sede do município (30km), transporte precário com ausência de linhas de ônibus regulares para a cidade, são alguns elementos que depreciam o preço da terra. A pecuária é a atividade predominante com a forte presença de grandes propriedades rurais. Esses fatores propiciaram o processo de ocupação pelos integrantes do MST e, as negociações ocorreram sem conflitos entre as partes sob a intermediação do INCRA. Há que se observar que todos os assentamentos precederam de uma fase de ocupação, com inúmeras famílias acampadas a espera da negociação e posterior distribuição de lotes.

a) Cruz de Malta é um dos assentamentos que se enquadra na caracterização acima pois localiza-

se numa topografia acidentada e conta com apenas 14 famílias numa área de aproximadamente 408 hectares. Nota-se que são 255 ocupados pelos lotes e o restante destinado às áreas de reservas legais e comunitária, estradas municipais e vicinais. O tamanho dos lotes varia de 15 a 22 hectares, lembrando que os de maior dimensão são devido à topografia íngreme.

Entre as 14 famílias moradoras, apenas quatro não têm relação de parentesco. Tal singularidade decorre do fato de que antes da implantação do assentamento, três famílias tinham contrato de trabalho como mensalistas na propriedade. Os parentes destas famílias foram convidados a participar da ocupação e posteriormente, conseguiram seus lotes em Cruz de Malta. O processo de ocupação deu-se em 1997 e após um ano foram assentados. Somente em 1999, receberam o financiamento para a construção de suas casas que até então eram de madeira.

No que se refere a atividade produtiva, a totalidade dos assentados conta com área de pasto além do cultivo do milho. Apenas 22% tem a criação do bicho-da-seda como alternativa de renda. Cultivam ainda arroz, feijão, hortaliças, possuem pomar, cujos produtos são para a subsistência da família.

Quanto as criações, todos possuem gado bovino, com uma média de 16 cabeças por propriedade. Contam ainda com suínos, aves, para consumo próprio. Ao indagar sobre o futuro da propriedade, os assentados pretendem melhorar o gado, plantar uva, aumentar a horta, enfim, buscar alternativas para que a sobrevivência seja menos penosa.

A respeito da Associação dos Moradores, acham que tem ajudado na questão que trata na viabilização dos financiamentos. A respeito, o INCRA tem exigido a constituição das Associações de Moradores nos assentamentos, para então fazer o repasse dos investimentos.

Questionados sobre o grau de satisfação em relação ao assentamento e a sua condição de proprietário da terra, as opiniões emitidas foram as seguintes:

“Estou satisfeito porque tenho minha terra e não tenho patrão, sou dono da terra”.

“Estou satisfeito porque estou com os parentes, por ter crescido no lugar e ter podido ficar como proprietário”.

No entanto, houve moradores que opinaram negativamente sobre o MST, colocando que:

“Não sou a favor nem contra. Acho errado invadir a terra dos outros”.

“É bom e ruim. Bom, pois, assenta famílias, mas é uma ilusão, falta assistência.”

“O MST só quer baderna, bagunça”.

b) Em Florestópolis, no Assentamento Florestan Fernandes o solo é areno-argiloso, com boa fertilidade natural e a topografia suavemente ondulada propiciando a utilização de máquinas e outros equipamentos agrícolas. A sua implantação ocorreu em 1998, com 29 famílias ocupando uma área total de 529 hectares, cabendo a cada um cerca de 13 hectares.⁶ A criação de gado e o plantio da cana-de-açúcar eram as atividades anteriores ao assentamento. Trata-se de um município com forte presença da cultura canavieira e de pastagens.

Quanto ao local de nascimento dos seus moradores, 78% são nascidos no Estado do Paraná e os demais nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso. Dos moradores paranaenses, 74%

nasceram no Sudoeste do Estado, indicando a mobilidade das famílias durante a fase de acampamento e a posterior implantação dos assentamentos. Detectou-se que o tempo médio que viveram em acampamentos foi de dois anos, havendo casos de terem permanecido por 10 anos até conquistar a sua terra. Quanto as razões por terem entrado no Movimento foram as seguintes opiniões:

“Achei que a Reforma Agrária deveria sair do papel e fui à luta”.

“Era a única forma de conseguir um pedaço de terra”.

Os entrevistados relataram as dificuldades enfrentadas, no início do assentamento, emitindo as opiniões a seguir:

“Faltava infra-estrutura (água e luz); tivemos de morar num paiol até construir a casa”.

“Ficamos 60 dias abrigados debaixo da lona.”

“Não tinha incentivo para trabalhar a terra, os vizinhos tinham medo que sua propriedade fosse invadida pelos assentados, faziam pressão e ameaças, com tiros”.

Apesar das dificuldades iniciais, os assentados têm desenvolvido atividades em seus lotes. Atualmente, 88% possuem área de pastagem, 70% plantam milho, 64% soja e 17% se dedicam a criação do bicho-da-seda. Todos possuem um pequeno pomar, plantam feijão, mandioca, produtos de horta. A média de cabeças de gado bovino é de 17, por propriedade; 12% criam aves (galináceos) para o mercado e os demais criam-nas para sua subsistência. Há ainda os que criam suínos e eqüinos. Indagados sobre os planos futuros para a propriedade, diversas alternativas foram apresentadas, evidenciando que os assentados buscam viabilizar-se e ter a sua independência econômico-financeira. São as seguintes as possibilidades apresentadas:

“Aumentar o pasto e arrumar a cerca; melhorar a amora e investir na lavoura”.

“Formar pomar, comprar um trator”.

“Investir na produção orgânica, na agroindústria para agregar valores”.

“Partir para a granja, para o bicho-da-seda”.

“Iniciar o mini confinamento (gado de leite)”.

“Investir na uva, no café”.

“Melhorar a casa, fazer galpão, aumentar o paiol”.

Quanto à Associação dos Moradores, esta já tem seu estatuto e diretoria, porém, as atividades realizadas são poucas e sentiu-se a necessidade de revitalização, de união maior entre os moradores, inclusive para viabilizar os planos acima citados.

Um outro ponto bastante enfatizado refere-se ao papel do MST nas suas conquistas. Diferentemente dos moradores do Cruz da Malta, possuem uma visão política que ultrapassa a simples posse da terra. Note-se os depoimentos a seguir:

“ Se não fosse eles eu não estaria aqui”.

“ É a única saída para os pobres”.

“É importante, para conseguir a terra, é um movimento que luta pela Reforma Agrária”.

“Acho que é uma luta importante porque desde que a gente luta de forma organizada e sem conflito é importante”.

“Sem a luta do MST não haveria gente assentada”.

Quanto ao grau de satisfação com relação ao lote, as seguintes opiniões foram emitidas:

“Estou contente por estar assentado, mas o lote é muito fraco para produção”.

“Não é uma coisa que dá para desenvolver tudo que tem vontade, mas dá para viver”.

“Fome não passa”.

“A região é boa, apesar de precisar de investimento, o que se planta dá, está perto de grandes centros”.

c) Arapongas conta com um assentamento rural, Dorcelina Folador, numa localização privilegiada, há apenas seis quilômetros de um dos principais eixos rodoviários do Norte do Paraná. É marcante a excelente topografia e qualidade do solo conquistada pelo MST, abrangendo uma área de aproximadamente 760 hectares no ano de 1999. Foram assentadas 94 famílias provenientes de diversas áreas do Estado do Paraná, além de outros nascidos no Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e uma pessoa de Santa Rita do Paraguaí.

Muitas famílias estão instaladas provisoriamente a espera da construção de suas casas. Coube a cada família um lote que varia de 5,5 a 6,0 hectares.

Apesar da área ter sido ocupada recentemente, as famílias já estão desenvolvendo diversas culturas para o consumo próprio, tais como o arroz, o feijão e o milho e culturas comerciais como o cará (destinado ao mercado nordestino), e a cultura da amora para a criação do bicho-da-seda. O cará é cultivado sob técnica de irrigação moderna (pivô central), cujo equipamento já estava instalado pelo proprietário anterior. O bicho-da-seda é mais uma atividade, adequada a unidade de produção familiar, que apesar da jornada de trabalho ser árdua traz um retorno financeiro satisfatório aos produtores. Vale salientar que a indústria de fiação de seda (COCAMAR) tem procurado vários assentamentos na tentativa de atraí-los para o cultivo do bicho-da-seda. Observa-se que está havendo uma paulatina introdução da horticultura para o mercado, cultivando ali o pepino, o pimentão e o tomate. Pelos depoimentos de alguns moradores é possível verificar as perspectivas de produção desse assentamento:

“Plantar café”, “plantação de uva, leite orgânico e bicho-da-seda”,

“Comprar trator para melhorar o orçamento e para a roça”,

“Comprar máquina de cortar amora e ampliar a produção”.

Este assentamento tem uma organização interna diferente das outras em estudo. As famílias são organizadas em grupos e núcleos de trabalho. Há dez grupos de família: Renascer, Florestan Fernandes, Nossa Terra, Cepet, Araju, Nova União, Frutos da Terra, Roseli Nunes, Osiel e Antonio Conselheiro. Os núcleos de trabalho estão divididos em Educação, Finanças, Produção, Comunicação Cultural, Lazer, Pastoral e Liturgia. Todos os grupos e núcleos possuem um coordenador e uma coordenadora. Tudo indica que essa forma de organização tem como objetivo um melhor entrosamento entre as famílias do assentamento tanto no plano social, quanto na forma de conquistar o mercado a partir da produção realizada em grupo, como é o caso da cultura do cará.

Além desses grupos de família e dos núcleos de trabalho o assentamento conta com uma Associação dos Moradores que tem como função representar os produtores no recebimento do financiamento do governo tanto para o custeio da produção, quanto para investimentos e construção das habitações.

Trata-se de um assentamento onde algumas lideranças do MST possuem seus lotes. Assim, pretendem desenvolver um assentamento modelo primando pela boa organização interna e uma produção voltada para o mercado.

As opiniões dos moradores assemelham-se em alguns pontos como na questão da infra-estrutura que ainda não contam com energia elétrica, telefone público e um posto de saúde para atender as 94 famílias. Entretanto, o nível de satisfação por terem conquistado a terra é geral, demonstrando suas expectativas para o futuro do assentamento e da sua propriedade. Pretendem aumentar a produção e adquirir equipamentos para o trabalho com o objetivo de manter seus filhos vinculados à terra, destacando a importância de oferecer-lhes o estudo necessário para os dias atuais.

Sobre o MST opinaram da seguinte forma:

“Não há conquista sem o povo estar organizado. Foi o MST, que conseguiu organizar o povo”.

“Bom, une forças”.

“Apesar de alguns choques de idéias dos dirigentes, é boa a atuação”

“O MST continua apoiando. A terra é apenas o início de tudo. Depois vem a educação, o bem estar, o direito de ser cidadão”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se pelo diagnóstico realizado nesses assentamentos que a conquista da terra foi realizada com muita luta, mas o atual desafio está no direcionamento que deverá ser dado a esses produtores no sentido de alcançar condições adequadas para a sua sobrevivência. Para efeito de reflexão, tem-se a seguinte indagação: os produtores devem viver da subsistência com a comercialização do excedente ou entrar no mercado, mesmo antevendo a possível subordinação ao capital industrial, como no caso da sericultura, da viti-vinicultura e da avicultura?

Novas perspectivas estão se adentrando nos assentamentos, com a idéia de desenvolver a agricultura e o leite orgânicos visando o novo nicho no mercado. Entretanto, há que se ter uma orientação adequada não somente no tocante à tecnologia mas, na forma de colocar o produto no mercado. Trata-se de uma atividade que poderá obter um valor acima do preço do produto convencional, o que a torna atrativa para as unidades de produção familiar.

Considera-se que neste momento é prematuro tratar a questão da auto-sustentação, pois, os assentados ainda não conquistaram os seus meios de produção básicos, para o desenvolvimento das suas atividades.

Falar em agricultura familiar baseado no conceito dos órgãos do governo é interessante para aqueles que já estão desenvolvendo a atividade com tradição de geração à geração, entretanto, ainda não é possível avaliar um produtor assentado recentemente na terra, pois ainda não dispõe de meios para se consolidar como tal (infra-estrutura, tradição). Para tanto, há que se oferecer maior monitoramento, uma adequada linha de financiamento e, contar com a efetiva participação dos técnicos da localidade. Deverá haver uma filosofia do que realmente se quer proporcionar a esses agricultores para alcançar os objetivos de um assentamento rural de reforma agrária.

Estas considerações são corroboradas por Serra (2001, p. 241) que afirma:

[...]são poucos os assentamentos que podem ser considerados auto-suficientes, em condições de caminhar com as próprias pernas; da mesma forma são poucos os que podem ser considerados como iniciativas frustradas. Em sua maioria absoluta, os assentamentos lutam com dificuldade, não são auto-suficientes e necessitam do apoio oficial para se manterem e prosperarem.

NOTAS

¹Sobre a gênese e desenvolvimento dos movimentos sociais organizados de luta pela terra, inclusive de outros Estados, poderão ser encontrados em diversas obras tais como:

FERNANDES, Bernardo M. MST – formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEDEIROS, L.S. de, LEITE, S. (org). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro:Ed.Universidade/UFRGS/CPDA, 1999

SERRA, Elpídio.Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná. Rio Claro:Unesp, 1991 (Tese de Doutorado)

STÉDILE, João P. (Org.) A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

STÉDILE, J.P.; FERNANDES, B.M. Brava Gente: a trajetória e a luta pela terra no Brasil. São Paulo:Ed. Fund.Perseu Abramo, 2000

² Tamarana emancipou-se do município de Londrina em 1996.

³ O módulo fiscal do INCRA para o Norte do Paraná é de 13 hectares.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P.R.R..O que há de novo no rural brasileiro? in: *Terra Livre*,n.15, São Paulo, 2000, p.87-112.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural*. Brasília:1999.

FAO. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Rio de Janeiro:FAO/PNDU/MARA,1992.

FERNANDES, B.M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma Agrária. *NERA – Núcleo de Estudos de Reforma Agrária*. FCT-UNESP-Presidente Prudente, Departamento de Geografia. Série Estudos n.2, p.1-32, 1998.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUANZIROLI,C. et al. *Agricultura familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IANNI, O. Globalização e diversidade. In: _____ PATARRA, N.L. (coord.) *Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI*. Campinas: FNUAP, S.Paulo: Oficina Editorial, 1996.

LEITE, S. O estado dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: _____ *Reforma Agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate*. (Romeiro,A.R.;Guanziroli,C.;Leite ,S. orgs) 2 ed. Petrópolis:Vozes, 1994. P.202-216.

MARTINE, G. *Estado, economia e mobilidade geográfica: retrospectiva e perspectivas para o fim do século*. Revista Brasileira de Estudos Populacionais n.11.vol.1. p.41-60, Campinas ,1994.

MARTINS, J.de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2 ed. Petrópolis:Vozes, 1983.

MOREIRA, R.J. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividades, tecnologia e integração social. In: _____ *Para pensar outra agricultura* (Ferreira, A.D.D.; Bradenburgo, A. orgs) Curitiba:UFPR, 1998.

ROMEIRO, A.R. Renda e emprego: viabilidade e o sentido da Reforma Agrária. In: _____ *Reforma Agrária: produção, emprego e renda. O relatório da FAO em debate*. (Org. Romeiro, A.R.;Guanziroli, C.; Leite, S.) 2 ed. Petrópolis:Vozes, 1994. p.75-86.

SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro:Unesp, 1991 (Tese de Doutorado)

_____. Os movimentos rurais organizados pela Reforma Agrária no Norte do Paraná. In: _____ *Realidade Agrária do Norte Paranaense: transformações recentes e novas perspectivas*. (Asari, A.Y. et al.) Londrina/Maringá/Uberlândia:UEL/UEM/UFU, 2001, p. 185-245 (Relatório de Pesquisa)

TAVARES DOS SANTOS, J.V. *Colonos do vinho – estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo:Hucitec,1978

VIANA, G. S. *Cooperativismo como alternativa para os assentamentos rurais coletivos dos municípios de Querência do Norte e Paranacity/PR*. Presidente Prudente:FCT-Unesp, 2002 (Dissertação de Mestrado)